

# Agricultor

# 2000



DIRETOR:  
Eng.º NUNO SOUSA  
II SÉRIE

ABRIL DE 2021

www.aasm-cua.com.pt

Nº 141

## Fertilidade e Genética

Página 7

## Contas da AASM e CUA aprovadas por unanimidade

Páginas 12a15

# Pagamento dos rateios do POSEI na totalidade é uma boa notícia para a Agricultura na região

Jorge Rita aborda as propostas apresentadas do plano e Orçamento para 2021 e das orientações a médio prazo 2021-24. Fala ainda da problemática do preço de leite

Páginas 2e3



Jorge Rita sustenta a necessidade urgente de pacto nacional para um preço justo aos produtores de leite

José Manuel Boleiro deseja que se dê "passos em frente" no trabalho do CALL

Páginas 4e5

### Editorial



Jorge Alberto Serpa da Costa Rita

## Participe no dia 7 de maio nas eleições para os órgãos sociais da Associação Agrícola de São Miguel e Cooperativa União Agrícola

No próximo dia 7 de maio, irão se realizar as eleições para os órgãos sociais da Associação Agrícola de São Miguel e Cooperativa União Agrícola, para o quadriênio 2021-2024, constituindo mais uma etapa na solidificação e fortalecimento destas Instituições.

Este ato eleitoral decorrerá num contexto particularmente difícil das nossas vidas, onde a pandemia provocada pelo covid-19, alterou parte dos nossos comportamentos e atitudes perante a vida, porque o desconhecido, como é este vírus, deixa-nos em permanente alerta e com algum receio do que poderá acontecer.

Esta conjuntura também se estendeu ao setor agrícola, que teve de se adaptar à nova realidade, embora os agricultores nunca tenham deixado de trabalhar, porque da sua atividade resulta a produção de bens alimentares essenciais para a sobrevivência da população. Durante este período, mais uma vez se provou, a importância dos agricultores na nossa sociedade, que alguns, por vezes, tentam desvalorizar.

Mas a falta de rendimento da atividade agrícola, nomeadamente dos produtores de leite, existe e é uma constante preocupação de quem se encontra nos órgãos dirigentes da Associação Agrícola de São Miguel e da Cooperativa União Agrícola, pelo que, enquanto a atividade agrícola não corresponder a um rendimento condigno e que esteja de acordo com o árduo trabalho que os agricultores desenvolvem diariamente, por vezes com condições climáticas muito adversas, estas Instituições, ao serviço da lavoura, nunca irão abdicar das suas convicções, que passam pela defesa intransigente dos interesses dos seus associados.

Perante esta realidade, o reforço das organizações de produtores é fundamental porque para podermos reivindicar adequadamente junto das entidades regionais, nacionais e europeias, o ato eleitoral deve ter a maior adesão possível, mostrando desta forma, o compromisso e a envolvimento dos associados com as suas Instituições.

Assim, a participação dos associados nas eleições é uma forma de demonstrar a força e o vigor destas Instituições, e também de legitimá-las e reforça-las para a ação que desenvolvem em prole do setor agrícola. Apelamos assim a todos os associados que se desloquem a Santana no dia 7 de maio e participem ativamente neste ato eleitoral.



# Pagamento dos rateios do POSEI na totalidade **é uma boa notícia para a Agricultura na região**

>> *Jorge Rita aborda as propostas apresentadas do plano e Orçamento para 2021 e das orientações a médio prazo 2021-24. Fala ainda da problemática do preço de leite*



**- Qual a análise que faz às propostas apresentadas para a agricultura no Plano e Orçamento?**

**Jorge Rita** - Esperávamos que o montante afeto ao setor agrícola no plano e orçamento fosse superior ao existente, mas o mais relevante é a taxa de execução do plano. Podemos ter uma proposta de plano com valores elevados, mas a sua execução pode ser baixa. A grande expectativa que temos é que a execução do plano seja a um nível muito alto.

Grande parte das medidas que reivindicamos estão refletidas neste plano. Houve um diálogo com os parceiros sociais de forma clara e objetiva. Uma proposta sugerida pelos parceiros sociais, onde se incluiu a Federação Agrícola, Câmara do Comércio, UGT e AICOPA, é a redução fiscal. Esta medida é

**"O maior problema que temos na agricultura está assente no preço do leite pago aos produtores que está cada vez mais distante da média nacional e europeia"**

muito importante e transversal a todos os setores da economia. Outra reivindicação incluída foi uma verba para colmatar os rateios na totalidade nas produções agrícolas e animais que é uma medida importante para garantir liquidez ao setor da agricultura e pecuária. Refiro que esta medida foi implementada em concertação com o

Presidente do Governo que foi fundamental para o desbloqueio desta nossa pretensão.

Também foi garantido um apoio para o SAFIAGRI, que é uma ajuda para os custos financeiros.

Grande parte das reivindicações que tínhamos estão refletidas neste plano. Não é com a dimensão que desejamos, mas reconhecemos que todos os setores de atividade económica estão a pedir mais ajudas - e bem - porque sabemos as dificuldades que atravessam.

Será necessário continuar a investir nas infraestruturas agrícolas. Uma grande parte dos concursos das obras dos serviços florestais e IROA passou para a Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações. Queremos que as obras sejam efetuadas e exista um trabalho de manutenção das infraestruturas existentes.

A União Europeia garante ajudas aos investimentos na agricultura, mas não pode falhar a verba da comparticipação regional. É importante garantir uma boa execução dos fundos comunitários.

Estou convencido que o plano pode apresentar uma boa execução e isso será importante. Registamos com agrado a inclusão de diversas medidas que foram reivindicadas ao longo de vários anos.

**- Para os agricultores a medida com um impacto mais direto é o final dos rateios do Posei aos apoios recebidos?**

**J. R.** - Esta medida tem um grande impacto. Está previsto o pagamento de uma parte dos apoios em abril e outra parte até junho. Estivemos a trabalhar com o secretário das Finanças e secretário da Agricultura com o objetivo de garantir este plano de pagamentos. Isto representa uma

**"Esperávamos que o montante afeto ao setor agrícola no plano e orçamento fosse superior ao existente, mas o mais relevante é que a taxa de execução do plano seja elevada"**

boa recuperação das penalizações que existiam em relação aos rateios. Esta é uma medida que beneficia de forma transversal todos os setores da agricultura e pecuária. A Região pode dar uma ajuda aos agricultores com esta decisão e também com o apoio do SAFIAGRI, mas também com outras ajudas de pequena dimensão e que também são importantes.

A maior parte das verbas do Plano de Recuperação e Resiliência não se destina aos agricultores, mas vai existir uma compensação do orçamento regional.

**- E em relação às medidas do Prorural+?**

**J. R.** - Vão ser repostos os valores iniciais das MAAZD (Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas), antigas agroambientais, pelo que na campanha de 2021, as verbas vão ser aumentadas para contemplar os novos compromissos e deixar de haver rateio e tentar antecipar os pagamentos para antes de outubro e se possível, na totalidade.

Igualmente, as candidaturas de algumas medidas que estavam fechadas por falta de verbas, como as de agricultura biológica, agro ambiente e clima, passaram a estar abertas.

**- Continua a não existir nenhum sinal de retoma no preço do leite pago ao produtor. Como avalia esta situação?**

**J. R.** - O maior problema que temos na agricultura está assente no preço do leite pago aos agricultores que está cada vez mais distante da média nacional e euro-





## O Presidente do Governo foi fundamental para o desbloqueio do pagamento dos rateios do POSEI na totalidade

peia. O preço que recebemos torna quase impossível continuar a assegurar produtores para os próximos anos. As nossas indústrias não mostraram uma grande solidariedade para o setor, durante esta fase da pandemia.

A nossa expectativa é que a Europa possa tomar medidas drásticas para garantir um apoio direto aos agricultores. A agricultura tem sido muito penalizada com a pandemia, porque existe alguma

**"Vão ser repostos os valores iniciais das MAAZD (Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas)"**

discriminação em relação a outros setores.

Os agricultores estão a sentir grandes dificuldades devido à subida dos custos dos fatores de produção. As matérias primas estão a preços insuportáveis nos mercados. O preço com a mão de obra subiu. Também aumentou o preço dos combustíveis de forma muito acelerada como todas as pessoas também sabem e sentem. Não registamos nenhuma

reação da Indústria, que podia dar um aumento do preço do leite. Apelamos ao bom senso da Insulac, Bel, Prolecto, Unileite e outras indústrias. Deve existir um diálogo do Governo Regional e Indústria para procurarem conquistar novos mercados. É necessário garantir que as indústrias criem novos produtos, com valor acrescentado, para distribuir as receitas pelos produtores. Consideramos que será ne-

cessário fazer um pacto de regime regional e nacional para garantir um preço mínimo do leite aos produtores. O setor leiteiro trabalha 365 dias por ano e deve ser reconhecido pela sociedade e poder político.

Faz todo o sentido existir um pacto de regime regional e nacional relacionado com os laticínios para que o preço de leite não seja pago abaixo dos custos de produção.

**RAÇÕES SANTANA**  
A NUTRIÇÃO AO SERVIÇO DA LAVOURA

DIGNIDADE E  
RENDIMENTO



# Jorge Rita sustenta a necessidade urgente de pacto nacional para um preço justo aos produtores de leite

>> Decorreu no passado dia 16 de abril uma reunião do Centro Açoriano de Leite e Lacticínios (CALL) solicitada pelo Presidente da Federação Agrícola dos Açores e Presidente da Assembleia geral do CALL, que pretendeu analisar e debater as estratégias que devem ser adotadas nesta fileira, capazes de permitir sua sustentabilidade no presente e no futuro.

Neste evento, participou o Presidente do Governo Regional dos Açores e o Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, tendo juntado ainda representantes do CALL, Associação Agrícola de São Miguel, Associação Agrícola Ilha Terceira, Associação dos Jovens Agricultores Micaelenses, Bel, Insulac, Prolacto e Lactaço



## Criação de um pacto de regime

Jorge Rita, defende que este pacto de regime terá de passar pela concordância da produção, indústria, distribuição, comercialização e do consumidor no âmbito regional e também nacional, porque Portugal Continental tem como destino cerca de 80 por cento da produção de lacticínios dos Açores, "da forma como as coisas estão, se não houver uma inter-

venção conjunta regional e nacional, não vamos lá. Não podemos estar numa guerra de preços constante em que nem ganha a indústria nem a produção, esta situação tem de ser invertida para que todos possamos continuar a viver com dignidade, rendimento e sustentabilidade".

O Presidente da Federação Agrícola dos Açores alerta que esta situação se não for solucio-

nada, poderá levar à falência técnica da lavoura nos próximos tempos, sublinhando que "todos nós temos de perceber a importância que o setor agrícola tem na atividade socioeconómica nos Açores e se a crise está instalada, da forma que está, devido à pandemia, não se pode agravar a situação dos setores de atividade que são extremamente importantes", referiu.

### "Acabar com o 'dumping' no mercado dos lacticínios"

Na ótica do líder da lavoura açoriana, no mercado nacional certos preços praticados são um autêntico *dumping*, ou seja, aplicam-se preços excessivamente baixos aos produtos lácteos para se conquistar consumidores.

Esta estratégia acaba por ter uma influência negativa nos lacticínios açorianos, lamenta Jorge Rita, "quando os produtos são vendidos abaixo do preço do custo, delapida-se, claramente, uma marca e um produto, e os beneficiários obviamente não são os produtores de leite, mas talvez as indústrias, contudo este tipo de

"Não podemos estar numa guerra de preços constante em que nem ganha a indústria nem a produção, esta situação tem de ser invertida para que todos possamos continuar a viver com dignidade, rendimento e sustentabilidade"





# José Manuel Boleiro deseja que se dê "passos em frente" no trabalho do CALL

mercado, onde prevalece o dumping tem de terminar, explicou.

Por toda esta situação, refere que a criação do pacto de regime será importante para o mercado de leite e laticínios regional e nacional.

Reconheceu a importância do Presidente do Governo estar presente nesta reunião, sendo "um aporte positivo no sentido de estar disponível para se aperceber daquilo que são as nossas dificuldades e as dificuldades que as indústrias também têm, emitindo um apelo às indústrias para a inovação e valorização do produto, e para procurarem novos mercados.

O Presidente do Governo dos Açores, após a reunião do Centro do Leite e Laticínios dos Açores (CALL), sublinhou a importância deste evento, por esta reunião ter sido "enriquecedora", José Manuel Boleiro, acredita que o CALL, é "uma plataforma, que apresenta condições para que haja uma afirmação de posições críticas, de entendimento do caminho a seguir e das dificuldades, através da dialética dos parceiros", neste caso destacou ambas as exemplares posturas da produção e da indústria, visto que o debate decorreu "sem hipocrisia e sem tabus". Para o governante, no caso da produção e indústria de laticínios, é de extrema importância que se trabalhe num "choque fiscal", reduzindo as taxas de imposto para incentivar a economia e conseguir uma melhor receita fiscal, garantindo assim mais "autonomia e liberdade" aos produtores.

Garantiu ainda a disponibilidade do Governo Regional dos Açores na procura de soluções para a fileira do leite, deixando a abertura para que outros elementos do executivo possam participar em futuras reuniões do CALL, de acordo com as temáticas a abordar.



# Promoção Deflexo<sup>®</sup> 2021



**NA COMPRA DE 20L DA FAMÍLIA DEFLEXO  
OFERTA DO INSETICIDA JUDO (1 X 250ML)**

**CAMPANHA VÁLIDA DE  
1 DE ABRIL A 30 DE JUNHO**

Consulte o seu distribuidor ou visite  
**[www.ascenza.pt](http://www.ascenza.pt)**

visite **ASCENZA Portugal** no LinkedIn  
**#ascenzaportugal**

  
**ASCENZA<sup>®</sup>**  
FARMING  
YOUR FUTURE



# Fertilidade e Genética



O desempenho reprodutivo das vacas leiteiras de alta produção, em especial das Holstein Frísia, sofreu uma redução gradual desde a década de 80. Infelizmente, a fertilidade de uma raça é uma característica complexa, dependendo de vários fatores, entre eles, a fertilidade do Macho e da Fêmea, a saúde animal, o manejo, o ambiente, a alimentação e as características do parto.

No passado, vulgarmente era associada a baixa taxa de fertilidade à consanguinidade, contudo nos últimos anos, com o aparecimento da genótipagem, conseguiu-se descobrir que não é a consanguinidade em si própria, mas sim a existência de alguns HAPLÓTIPOS específicos da espécie bovina que afetam a fertilidade, e causam 25% de hipóteses de aborto durante os primeiros três meses de prenhez.

## Mas o que são Haplótipos?

Em genética, um haplótipo é uma sequência específica de ADN, uma combinação particular de alelos que

são transmitidos juntos de um único progenitor, estes são responsáveis por determinadas características, como por exemplo a cor da pelagem, entre outros. No entanto, os haplótipos também podem transmitir diferentes doenças genéticas, que são letais para os embriões.

## Quantos Haplótipos afetam a Fertilidade?

Nos últimos 10 anos, para a raça Holstein Frísia foram descobertos 6 haplótipos diferentes, designados de HH, e certamente que no futuro irão ser descobertos mais haplótipos.

Cada um deles causa aborto em 25% da descendência, se os pais que os possuem (homozigotos) foram emparelhados.

A perda de fertilidade devido aos haplótipos tem consequências diretas nos custos da exploração, devido ao aumento do intervalo entre partos, diminuição da taxa de concepção e dos problemas que daí resultam essencialmente o refugo involuntário.

## Como gerir os haplótipos num programa de melhoramento genético?

A gestão dos haplótipos, como em tudo o resto, só se consegue com o seu conhecimento, nos dias de hoje, esta informação é disponibilizada nas provas genómicas, tanto nos touros como nas fêmeas, e apresentada da seguinte forma

C= Portadores:  
HH1C HH2C HH3C HH4C  
HH5C HH6C  
T= Testados não portadores:  
HH1T HH2T HH3T HH4T  
HH5T HH6T

**Exemplo**  
Prova genética de touro X  
HH1T HH2T HH3T HH4T  
HH5C HH6T

Esta informação significa que o touro é portador do haplótipo HH5 e livre dos restantes.

Com base nesta informação, de uma forma genérica, os programas de emparelhamento mais sofisticados, quer com base na pre-

Haplótipos	Efeito
HH1	Aborto primeiros 3 meses prenhez
HH2	Aborto
HH3	Aborto primeiros 2 meses prenhez
HH4	Abortos primeiro mês Prenhez
HH5	Aborto
HH6	Aborto primeiros 35 dias prenhez

visibilidade da média parental (quando não há prova genómica), quer com base no conhecimento mais aprofundado da prova genómica dos animais (machos e fêmeas) evita e alerta para o não emparelhamento de animais (Homozigóticos) portadores destes haplótipos letais, reduzindo o risco dos problemas de abortos descritos anteriormente.

Em suma, é extremamente importante controlar e gerir os haplotipos entre os animais não eliminando reprodutores dos programas de seleção e melhoramento genético. **Para este efeito**

**a Cooperativa União Agrícola, tem á disposição dos associados, parcerias com laboratórios de forma a realizar genótipagem, assim como programas de emparelhamento, que de acordo com os objetivos definidos pelo agricultor, o ajudam atingir resultados pretendidos, melhorando a eficiência da sua exploração.**

HENRIQUE MONIZ LOURENÇO  
ENG.º ZOOTÉCNICO

## Ficha Técnica

### Propriedade

Cooperativa União Agrícola, CRL  
Recinto da Feira, Campo de Santana

Site: <http://www.aasm-cua.com.pt>

Telf: 296 490 000

Director: Eng.º Nuno Sousa

Gráfica: Ega - Empresa Gráfica

Açoreana, Lda

Tiragem desta edição: 3200 exemplares

**Cooperativa União Agrícola, CRL**  
**Recinto da Feira Campo de Santana**  
**Telf: 296 490 000**



# Medição de ATP

Uma vaca saudável é uma vaca que produz, providenciando rendimento ao produtor. Mas numa produção sensível a múltiplos fatores, esta afirmação não é totalmente verdadeira. Para a obtenção do máximo retorno, a informação de tudo o que ocorre na vacaria é vital, permitindo obter uma visão mais aprofundada de diversos pontos críticos e assim, agir em vez de reagir perante qualquer anomalia.

A sala de ordenha é o último ponto sob controlo do produtor e onde por vezes, todo um trabalho se pode ver parcial ou totalmente perdido. A implementação de boas rotinas e utilização de produtos adequados para a higiene e desinfeção é fundamental. É neste ponto que na ótica de aprofundar e melhorar o apoio aos nossos produtores que temos disponíveis testes para medição de ATP.

ATP ou Adenosina Trifosfato, é a molécula de energia encontrada em todas as coisas vivas, tornando-a num indicador perfeito para tentar determinar se uma superfície está limpa ou não. Muitas empresas utilizam sistemas de medição de ATP para verificar rapidamente se as superfícies foram completamente limpas, seja na fabricação de alimentos ou em aplicações de saúde, e assim comprovar a higienização das superfícies que possam afetar a qualidade do produto. Resíduos, principalmente alimen-

tos ou resíduos orgânicos, contêm grandes quantidades de ATP. Quando deixados numa superfície, os resíduos podem abrigar e desenvolver bactérias, causar contaminação cruzada, desenvolver biofilme e muitos outros problemas que podem comprometer a qualidade do produto. Após a limpeza, se executada corretamente, todas as fontes de ATP devem ser reduzidas significativamente.

O leite pode ser contaminado por microrganismos a partir de três fontes principais: do interior da glândula mamária, do exterior do teto e úbere e da superfície do equipamento de ordenha e tanque. Os resíduos de leite que ficam em contacto com a superfície do equipamento, proporcionam excelentes condições para a multiplicação bacteriana, sendo geralmente as bactérias de origem ambiental as que melhor se desenvolvem nestas condições. Devemos ter em conta a qualidade da água de lavagem, que também pode ser uma importante fonte de microrganismos.

Desta forma, a medição de ATP apresenta-se como uma ferramenta de muita utilidade e assim, com um teste rápido podemos fazer a monitorização da lavagem, em que no caso da deteção de valores anormais nos permite rapidamente procurar e tentar identificar a causa.

JOÃO PEREIRA  
MÉDICO VETERINÁRIO  
NOVADAN



## Protocolo AASM - NC-Desinfestações Controlo Integrado de Pragas

Sobre a tabela praticada incide um desconto de 10 % e 15 % a pronto pagamento.

## EnSURE™ Touch

Sistema de monitorização rápido e confiável,  
para melhor conhecer a sua ordenha.

Teste à qualidade da água

Teste à contaminação das superfícies

Testes mensais GRÁTIS para clientes NOVADAN

**NOVADAN**  
DESINFEÇÃO DE ORDENHAS  
E HIGIENE ANIMAL

**DEKALB**  
SEMEIA O TEU SUCESSO

Milho Silagem

DKC6777 DKC6340 DKC6308 DKC6181 DKC5741 DKC5144 DKC4117





AVISO 9/2021



### Submissão de Candidaturas para atribuição de novas autorizações de plantação de vinha.

Informa-se que de acordo com o definido na Portaria 348/2015 de 12 de outubro e conforme Despacho n.º 2300-D/2021 de 1 de março, estão abertas candidaturas de submissão para atribuição de novas autorizações de plantação de vinha.

#### Documentos necessários:

- Cópia do cartão de cidadão;
- Cópia IB;
- Registo de entidade do setor vitivinícola, onde constam todos os dados relativos à entidade;
- Caderneta predial da(s) parcela(s) a candidatar;
- P3 da(s) parcela(s);

O período de candidaturas decorre de 1 de abril até 15 de maio, tendo em conta as alterações de procedimentos decorrente da pandemia COVID 19, sugerimos que privilegie os contatos telefónicos ou envie a sua informação por correio eletrónico, para agendar o seu atendimento.

Serviço de Desenvolvimento Agrário de São Miguel  
Quinta de São Gonçalo 9500-343 Ponta Delgada  
e-mails: [info.sdasm@azores.gov.pt](mailto:info.sdasm@azores.gov.pt)  
[Antonio.R.Medeiros@azores.gov.pt](mailto:Antonio.R.Medeiros@azores.gov.pt)  
Telefones: 296 204 300 / FAX: 296 653 169  
Diretor: Eng.º António Medeiros 926377062

Postos de Atendimento:  
Quinta de São Gonçalo  
Ribeira Grande  
Santo António  
Nordeste  
Povoação  
Vila Franca do Campo

O Diretor  
Luis Estrela

DEUTZ FAHR

UMA NOVA ERA DE PRODUTIVIDADE



100% Natural  
Produto utilizável na Agricultura Biológica

SUBSTRATO  
ORGÂNICO  
SO-MUSAMI



MUSAMI  
OPERAÇÕES MUNICIPAIS DO AMBIENTE, E.I.M. SA.

### SÓ BOAS RAZÕES PARA O COMPRAR

- ✓ Melhora a qualidade do solo, dando-lhe estrutura;
- ✓ Aumenta a retenção de água nos seus solos, ou seja, quando chove muito, a água fica retida, não desaparece, tendo água disponível para períodos de seca;
- ✓ Melhora a produtividade das suas plantações, ou seja, produz mais, e com melhor qualidade;
- ✓ O Substrato da Musami fica disponível na sua terra por 4 anos, economizando tempo e dinheiro;
- ✓ O nosso fertilizante natural é muito barato;
- ✓ Possui certificação para produção em modo de agricultura biológica.

Por fim, e não menos importante, está a respeitar a sua saúde e a das pessoas que lhe são queridas, pois o nosso fertilizante natural ou Substrato, é 100% natural é feito de resto de podas e relva. Assim sendo, não vai contaminar, nem a água que vai beber, nem o leite ou alimentos, tornando-o compatível com a estratégia europeia do prado ao prato.





# Recenseamento Agrícola 2019

## Dados Preliminares

Continuação do jornal anterior

Em 2019 na natureza jurídica do produtor, verificou-se uma redução no número de produtores singulares, tendo havido um aumento do número de sociedades. Registrou-se também um aumento de outras formas jurídicas tais como: cooperativas, associações, fundações, escolas privadas, etc.

### Produtores Singulares

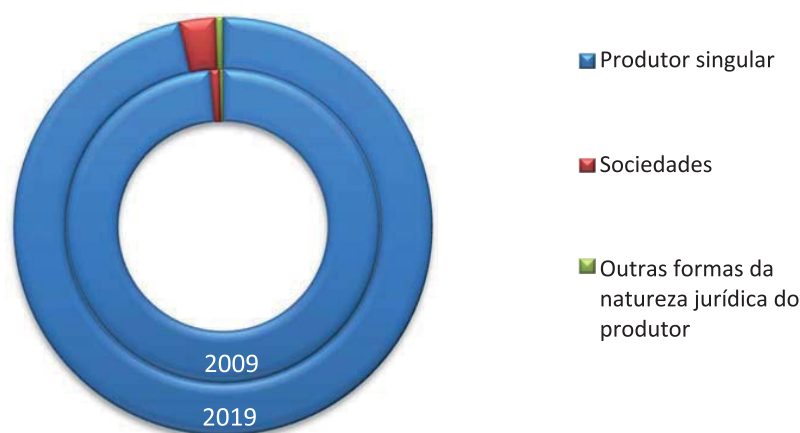
Os produtores singulares são na sua maioria homens, na faixa etária dos 55-64 anos e têm o nível básico de escolaridade. Mesmo considerando a diferença tão significativa entre o nível básico de escolaridade e os seguintes, importa ressaltar o decréscimo, que é notório, face a 2009 e o aumento do número de produtores com níveis de escolaridade mais elevados.

Relativamente ao total de produtores singulares houve um decréscimo de 23% face a 2009, sendo que o as mulheres registam um aumento de 12% e os homens um decréscimo de 27%. Esta redução deve-se em grande parte à diminuição do número de explorações, embora alguns destes produtores tenham constituído sociedade passando a figurar nos quadros dos dirigentes das sociedades.

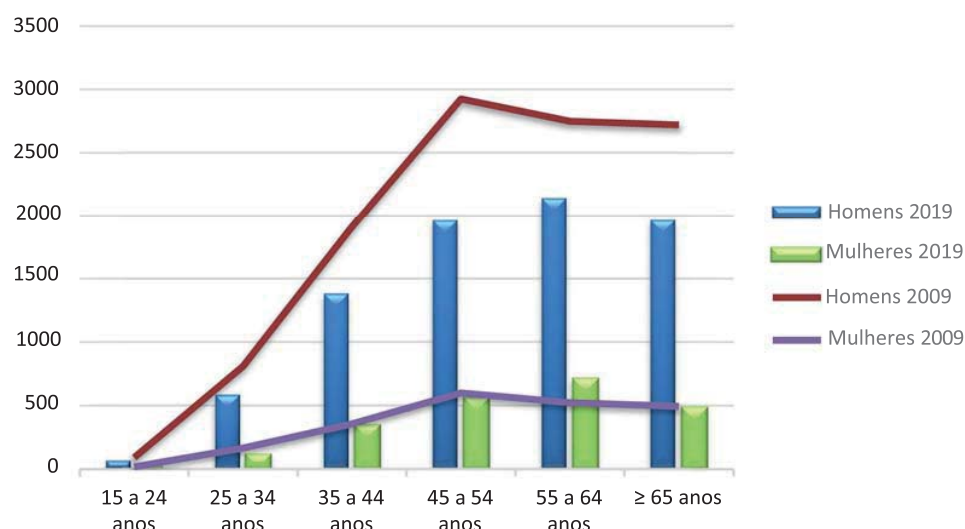
### Dirigentes das Sociedades

O total de dirigentes (das sociedades e outras naturezas jurídicas e ainda o produtor singular quando não incluído na mão de obra familiar) sofreu um aumento de 124% face aos números de 2009, sendo que destes a maior parte são dirigentes do sexo masculino. Nota-se um aumento significativo em todas as faixas etárias,

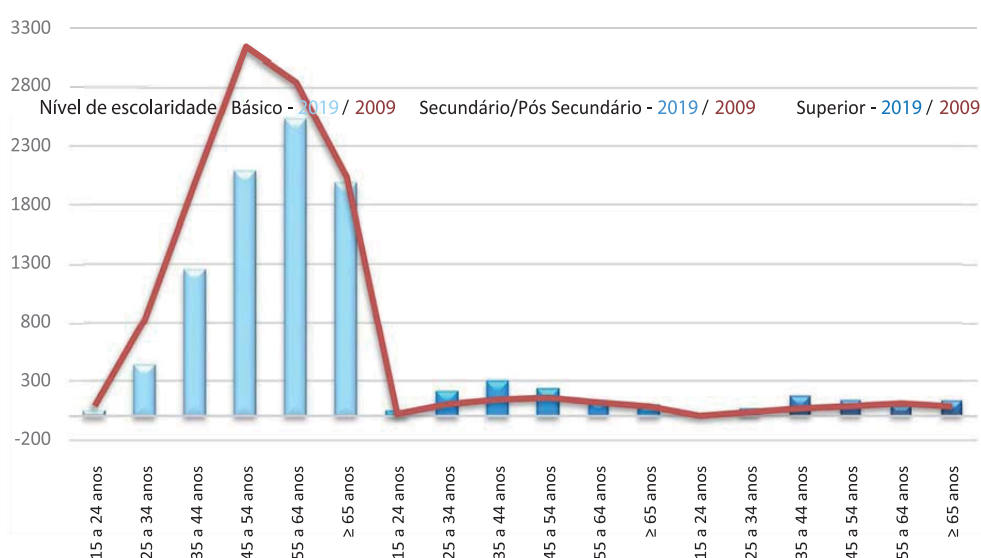
### Natureza Jurídica do Produtor



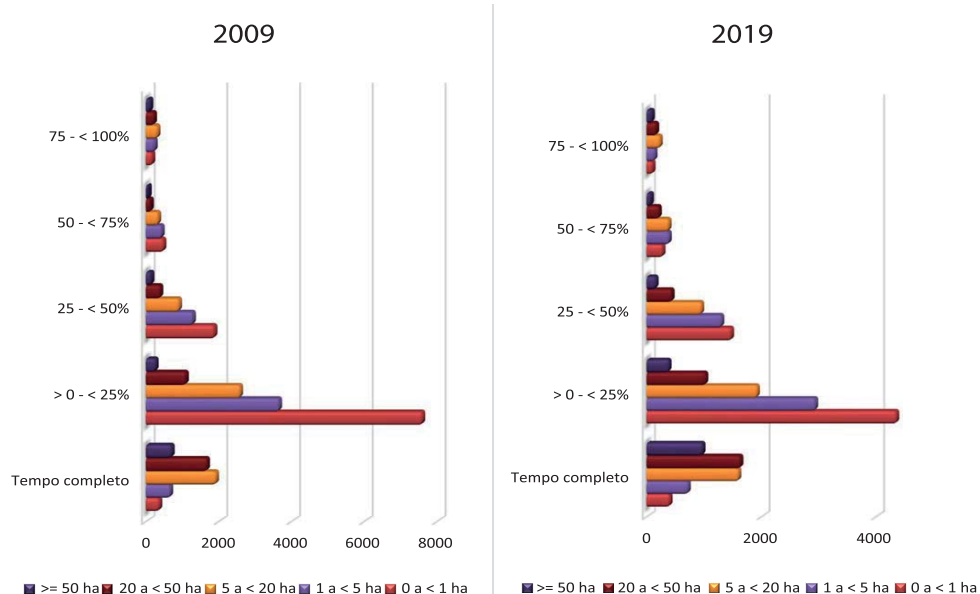
### Idade e Género dos Produtores singulares



### Evolução do nível de escolaridade dos Produtores Singulares



### Tempo de atividade agrícola na exploração por classes de SAU



rias, com o expectável aumento das faixas dos 45 a 64 anos, uma vez que englobam os dirigentes que no recenseamento de 2009 estavam inseridos numa faixa etária mais baixa.

Relativamente à evolução do nível de escolaridade é evidente ainda a predominância do nível básico havendo, contudo, um crescimento muito significativo dos dirigentes com formação secundária e superior, sendo que em algumas faixas etárias os valores quadruplicaram.

O aumento em 2019 de dirigentes com formação básica na faixa etária dos 45 aos 64 anos reflete o fato de os dirigentes com essa formação em 2009 terem envelhecido.

Nota-se a tendência do aumento da escolarização de dirigentes com formação básica nas faixas etárias mais novas (24 a 44 anos), embora pouco significativa face a 2009.

### Tempo de atividade agrícola na exploração

Como seria de esperar a rubrica "tempo completo" aparece muito associada às explorações de maior dimensão, enquanto que a ocupação até 25% do tempo aparece maioritariamente associada às explorações com menos de 1 ha.

Há um aumento percentual do "tempo completo" face a 2009, não apenas nas explorações de dimensão superior a 50 hectares de SAU, mas também nas explorações de dimensão 0 a < 1ha e 1 a < 5ha.

A comparação dos valores percentuais dos restantes intervalos de tempo de atividade mostram alguma estabilidade, não sofrendo variações muito significativas.

### Continuidade da Exploração

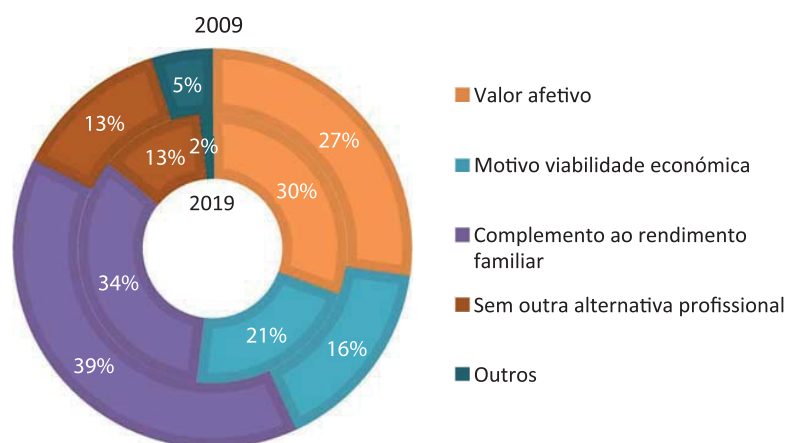
A intenção de continuar a exploração assim como o motivo foram questões colocadas apenas aos produtores singulares.

As justificações para manter a exploração ativa têm uma distribuição muito semelhante face a 2009, sendo mais representativo o complemento ao rendimento familiar, seguido pelo valor afetivo e depois pela viabilidade económica.

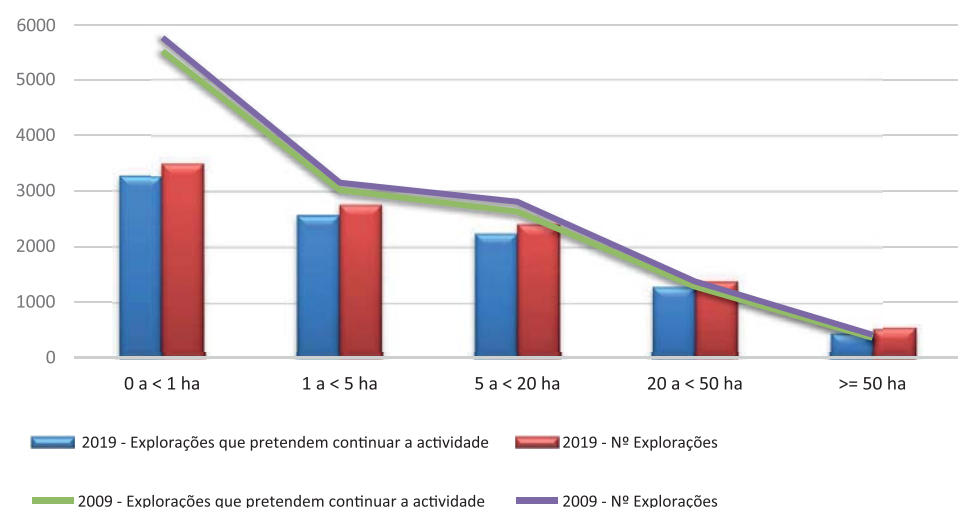
A intenção de continuar com a atividade da exploração nos próximos 2 anos tem uma taxa de resposta positiva superior a 80% para todas as classes de SAU, atingindo mesmo valores superiores a 90%.



## MOTIVO DE CONTINUIDADE DA EXPLORAÇÃO



## Intenção de continuar a atividade da exploração nos próximos 2 anos



### Ficha técnica de execução

Unidade estatística observada: Exploração Agrícola Âmbito geográfico: Açores  
Período de execução:  
- Outubro de 2019 - início da recolha de dados;  
- Março a maio de 2020 - suspensão da recolha presencial em consequência da pandemia COVID-19;  
- 1-14 de Abril 2020 - teste de viabilidade à recolha de dados por entrevista telefónica;  
- 23 Abril 2020 - introdução do modo de recolha por entrevista telefónica na recolha de dados;  
- Novembro de 2020 - conclusão da recolha de dados.  
Período de referência:  
- Para as culturas instaladas e mão-de-obra, o período de referência é o ano agrícola 2018/2019, com início a 1 de novembro de 2018 e termo a 31 de outubro de 2019  
- Para o efetivo pecuário, o período de referência é o dia 1 de setembro de 2019  
Tipo de operação estatística: Recenseamento  
Tipo de recolha: Entrevista direta Periodicidade: Decenal  
Conceitos:  
- Superfície agrícola utilizada (SAU): constituída pelas terras aráveis (limpa e sob coberto de matas e florestas), culturas permanentes, pastagens permanentes e horta familiar.  
- Mão-de-obra não familiar: pessoas remuneradas pela exploração e ocupadas nos trabalhos agrícolas da exploração que não sejam nem o produtor nem membros da sua família.  
- Mão-de-obra não contratada diretamente pelo produtor: pessoas não contratadas diretamente pelo produtor que efetuam trabalho agrícola na exploração, fazendo-o por conta própria ou por conta de terceiros (caso de cooperativas ou empresas de trabalho à tarefa).  
- População agrícola familiar: conjunto de pessoas que fazem parte do agregado doméstico do produtor (singular) quer trabalhem ou não na exploração, bem como de outros membros da família que não pertencendo ao agregado doméstico, participam regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração.

**ENTECC**  
BY EUROCHEM  
**NITROFOS**  
BY EUROCHEM

A melhor tecnologia para uma fertilização mais eficiente

**DEIBA**



AVISO 8/2021

## CANDIDATURAS POSEI E MAAZD +



Informa-se que decorrerá de **27 fevereiro até 14 de maio** o período de candidatura aos regimes de ajudas POSEI e MAAZD+ para a **Campanha de 2021**.

**Não deixe a sua Candidatura para o FIM do prazo dos Pedidos de Ajuda!**

### Apoios no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) – POSEI

Prémios às produções vegetais	Ajudas aos Produtores de Culturas Arvenses Ajudas aos Produtores de Culturas Tradicionais (chá) Ajuda à Manutenção de Vinha orientada para a Produção de Vinho com Indicação Geográfica de Proveniência Ajuda aos Produtores de Ananás Ajuda à Produção de Hortofrutícolas e Outras Culturas
Declaração de superfícies	Produtores de Banana Prémios às Produções Animais No âmbito do Regime de Apoio de Reestruturação e Reconversão das Vinhas
Prémios às produções animais	Prémio aos produtores de leite Prémio ao abate Ajuda ao escoamento
Intenções a prémio a título do ano 2022	Prémio ao abate Ajuda ao escoamento de jovens bovinos dos Açores Prémio à vaca aleitante Prémio aos Produtores de ovinos e caprinos Prémio à vaca leiteira

### Apoios no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) - PRORURAL+

Medida 13	Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais e outras condicionantes específicas (MAAZD+)
-----------	--

## Documentos Necessários:

- Nova Senha de Acesso ao SIAGRI (GestPdr).
- Bilhete de Identidade e Cartão de Contribuinte ou Cartão de Cidadão.
- IB atualizado
- Documento da fábrica de leite com as quantidades entregues em 2020 (Caso não aceite o valor pré-definido comunicado pelo IFAP).

Para beneficiar destas ajudas terá que declarar todas as parcelas agrícolas da exploração até dia 14 de maio.

### Alteração ao pedido de Ajuda

A data limite para apresentação de alterações aos pedidos de ajuda, pedidos de pagamento e Declarações de Superfícies, para o ano de 2021, é o dia 31 de maio de 2021.

Serviço de Desenvolvimento Agrário de São Miguel  
Quinta de São Gonçalo 9500-343 Ponta Delgada  
Telefone: 296 204 300 / FAX: 296 653 169  
e-mail: info.sdasm@azores.gov.pt

Postos de Atendimento  
Quinta de São Gonçalo  
Vila Franca do Campo  
Povoação  
Ribeira Grande  
Nordeste  
Santo António  
Cooperativa Bom Pastor

O Diretor  
  
Luis Estrela





## Associação Agrícola de São Miguel Balanço em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

Ativo	Notas	31.Dez.20	31.Dez.19
<b>Ativo Não Corrente</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	9	35.957,16	37.455,38
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Ativos Biológicos		0,00	0,00
Participações Financeiras - Método Equivalência Patrimonial	15	32.382,93	0,00
Outros Investimentos Financeiros		0,00	0,00
Créditos a Receber	15	708.363,88	157.007,02
Ativos por Impostos Diferidos		0,00	0,00
<b>Total do Ativo Não Corrente</b>		<b>776.703,97</b>	<b>194.462,40</b>
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários		0,00	0,00
Ativos Biológicos		0,00	0,00
Cientes		0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores		0,00	0,00
Estado		0,00	0,00
Acionistas / Sócios		0,00	0,00
Outras Créditos a Receber	24	2.851.579,56	4.233.802,00
Diferimentos		0,00	0,00
Ativos Financeiros Detidos para Negociação		0,00	0,00
Outros Ativos Financeiros		0,00	0,00
Ativos Não Correntes Detidos para Venda		0,00	0,00
Caixa / Depósitos Bancários	5	2.682.604,87	2.622.477,08
<b>Total do Ativo Corrente</b>		<b>5.534.184,43</b>	<b>6.856.279,08</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>6.310.888,40</b>	<b>7.050.741,48</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital Próprios</b>			
Capital Subscrito		0,00	0,00
Ações / Quotas Próprias		0,00	0,00
Outros Instrumentos de Capital Próprio		0,00	0,00
Prémios de Emissão		0,00	0,00
Reservas Legais		0,00	0,00
Outras Reservas		363.758,30	363.758,30
Resultados Transitados		1.442.443,93	1.464.112,66
Ajustamentos em Ativos Financeiros		22.382,93	0,00
Excedentes de Revalorização		0,00	0,00
Outras Variações no Capital Próprio		0,00	0,00
Resultado Líquido do Período		16.438,41	13.331,27
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>1.845.023,57</b>	<b>1.841.202,23</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Provisões	37	95.000,00	95.000,00
Financiamentos Obtidos		0,00	0,00
Responsabilidade por Benefícios Pós-Emprego		0,00	0,00
Passivos por Impostos Diferidos		0,00	0,00
Outras Dívidas a Pagar		0,00	0,00
<b>Total do Passivo Não Corrente</b>		<b>95.000,00</b>	<b>95.000,00</b>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	24	765,11	2.520,67
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado	25	30.014,91	30.845,00
Financiamentos / Obtidos	12	3.800.000,00	4.300.000,00
Outras Dívidas a Pagar	24	108.277,69	86.151,61
Diferimentos	24	431.807,12	0,00
Passivos Financeiros Detidos para Negociação		0,00	0,00
Outros Passivos Financeiros		0,00	0,00
Passivos Não Correntes Detidos para Venda		0,00	0,00
<b>Total do Passivo Corrente</b>		<b>4.370.864,83</b>	<b>5.114.539,25</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>4.465.864,83</b>	<b>5.209.539,25</b>
<b>Total dos Capitais Próprios e do Passivo</b>		<b>6.310.888,40</b>	<b>7.050.741,48</b>

## Contas da AASM e CUA aprovadas por unanimidade

Apresentação de contas da AASM e CUA aprovadas por unanimidade. Decorreu no passado dia 31 de março, as Assembleias gerais da Associação Agrícola de São Miguel e da Cooperativa União Agrícola referentes à apresentação dos relatórios e contas destas Instituições, tendo sido aprovadas por unanimidade.

## Parecer do Conselho Fiscal

De acordo com os Estatutos, examinamos as contas da Associação Agrícola de São Miguel que compreende o Balanço e Demonstração de Resultados do exercício de 2020, documentos estes que foram preparados a partir dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte, mantidos em conformidade com os preceitos legais.

Para tal este conselho reuniu diversas vezes ao longo do exercício a fim de verificar diversos documentos contabilísticos pelo método de amostragem, foram também efectuadas reuniões com os responsáveis de diversos departamentos a fim de prestarem explicações sobre o funcionamento dos mesmos, bem como dos problemas com que se debatiam.

Das reuniões acima referidas foram elaboradas actas que ficam arquivadas em dossier próprio a guarda desta Associação.

### Assim salientamos:

Os subsídios a exploração que montam em 589.008,97euros.

As quotizações dos associados apresentam um valor de 931.694,13 euros.

O resultado líquido do período de 16.438,41 euros.

E nossa convicção que os citados documentos de prestação de contas, apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspectos materialmente relevantes a situação financeira desta Associação em 31/12/2020, bem como os resultados das suas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, aplicados de forma consistente, pelo que somos de parecer favorável a aprovação das mesmas sem quaisquer reservas.

Santana, 20 de março de 2021

O Conselho Fiscal  
Roberto Manuel Cordeiro Ponte  
Paulo José Machado Cruz  
José Carlos Borges Tavares





# Associação Agrícola de São Miguel Demonstração dos Resultados por Naturezas

## 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.20	31.Dez.19
Vendas e Serviços Prestados		0,00	0,00
Subsídios à Exploração	32	589.008,97	321.529,05
Ganhos / Perdas de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos		0,00	0,00
Varição Nos Inventários da Produção		0,00	0,00
Trabalhos para a Própria Entidade		0,00	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e Serviços Externos	27	-466.930,09	-635.127,89
Gastos com o Pessoal	28	-992.142,76	-676.579,57
Imparidade de Inventários (perdas / reversões)		0,00	0,00
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas / reversões)	14	-34.813,27	-46.212,76
Provisões (aumentos / reduções)	37	0,00	175.000,00
Imparidade de Investimentos Não Depreciáveis (perdas / reversões)		0,00	0,00
Aumentos Reduções de Justo Valor		0,00	0,00
Outros Rendimentos	29	939.346,11	910.385,70
Outros Gastos	30	-10.905,77	-32.974,70
<b>Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>		<b>23.563,19</b>	<b>16.019,83</b>
Gastos / Reversões de Depreciações	31	-1.498,22	-1.498,22
Imparidade de Investimentos Depreciáveis / Amortizáveis (perdas / reversões)		0,00	0,00
<b>Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)</b>		<b>22.064,97</b>	<b>14.521,61</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	26	965,93	0,00
Juros e Gastos Similares Suportados	26	-6.592,49	-1.190,34
<b>Resultado Antes de Impostos</b>		<b>16.438,41</b>	<b>13.331,27</b>
Imposto Sobre Rendimento do Período		0,00	0,00
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>16.438,41</b>	<b>13.331,27</b>

## Certificação Legal das Contas

### Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

#### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA DE SÃO MIGUEL, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 6.310.888 euros e um total de capital próprio de 1.845.024 euros, incluindo um resultado líquido de 16.438 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA DE SÃO MIGUEL, em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### ÊNFASE

Em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação da nova doença ("COVID-19). Em

resultado, conforme mencionado na nota 33 do anexo às demonstrações financeiras, a Entidade tem vindo a implementar, como no exercício anterior, um plano de contingência para aumentar as condições de proteção de todos os colaboradores, de modo a garantir a sua atividade.

Embora nesta data não seja possível determinar a extensão e severidade dos impactos desta situação, o órgão de gestão considera que existem condições para considerar adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações.

Neste termos e dado que não houve alteração de circunstâncias, mantêm-se os pressupostos de facto que levaram à apresentação da atual ênfase.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### RESPONSABILIDADE DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade

e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 25 de março de 2021

Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.  
representada por  
Duarte Félix Tavares Giesta  
(ROC n.º 520)





## Cooperativa União Agrícola, CRL Balanço em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

Ativo	Notas	31.Dez.20	31.Dez.19
<b>Ativo Não Corrente</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	9	11.284.185,06	11.115.319,20
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos Intangíveis	8	108.004,05	88.043,28
Ativos Biológicos		0,00	0,00
Participações Financeiras - Método Equivalência Patrimonial	15	49.868,00	72.328,58
Outros Investimentos Financeiros	15	77.755,63	68.721,10
Créditos a Receber		0,00	0,00
Ativos por Impostos Diferidos		0,00	0,00
<b>Total do Ativo Não Corrente</b>		<b>11.519.812,74</b>	<b>11.344.412,16</b>
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	20	9.089.226,03	7.961.522,18
Ativos Biológicos	20	725.710,00	598.260,00
Clientes	23	14.538.090,35	14.449.648,91
Estado e Outros Entes Públicos	25	190.458,62	51.817,53
Capital Subscrito e não realizado		0,00	0,00
Outras Créditos a Receber	24	1.884.931,61	2.724.858,24
Diferimentos		0,00	0,00
Ativos Financeiros Detidos para Negociação		0,00	0,00
Outros Ativos Financeiros		0,00	0,00
Ativos Não Correntes Detidos para Venda		0,00	0,00
Caixa / Depósitos Bancários	5	1.583.680,34	2.304.899,03
<b>Total do Ativo Corrente</b>		<b>28.012.096,95</b>	<b>28.091.005,89</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>39.531.909,69</b>	<b>39.435.418,05</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital Próprios</b>			
Capital Subscrito		195.000,00	195.000,00
Ações (Quotas) Próprias		0,00	0,00
Outros Instrumentos de Capital Próprio		155.000,00	105.000,00
Prémios de Emissão		0,00	0,00
Reservas Legais		2.025.985,83	2.025.985,83
Outras Reservas		18.053.461,79	18.053.461,79
Resultados Transitados		6.419.772,85	5.467.068,60
Excedentes de Revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras Variações no Capital Próprio		1.703.258,34	2.380.658,88
Resultado Líquido do Período		1.597.391,33	1.148.391,12
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>30.149.870,14</b>	<b>29.425.566,22</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos Obtidos		0,00	0,00
Responsabilidade por Benefícios Pós-Emprego		0,00	0,00
Passivos por Impostos Diferidos		0,00	0,00
Outras Dívidas a Pagar		0,00	0,00
<b>Total do Passivo Não Corrente</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	24	3.011.473,65	3.065.747,31
Adiantamentos de Clientes	23	341.834,69	546.031,68
Estado e Outros Entes Públicos	25	147.569,64	146.313,78
Financiamentos / Obtidos	12	3.696.078,99	3.530.500,00
Outras Dívidas a Pagar	24	2.185.082,58	2.721.259,06
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos Financeiros Detidos para Negociação		0,00	0,00
Outros Passivos Financeiros		0,00	0,00
Passivos Não Correntes Detidos para Venda		0,00	0,00
<b>Total do Passivo Corrente</b>		<b>9.382.039,55</b>	<b>10.009.851,83</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>9.382.039,55</b>	<b>10.009.851,83</b>
<b>Total dos Capitais Próprios e do Passivo</b>		<b>39.531.909,69</b>	<b>39.435.418,05</b>

## Parecer do Conselho Fiscal

De acordo com os Estatutos, examinamos as contas da Cooperativa União Agrícola, CRL. Que compreende o Balanço e Demonstração de Resultados do exercício de 2020, documentos estes que foram preparados a partir dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte, mantidos em conformidade com os preceitos legais.

Para tal este conselho reuniu diversas vezes ao longo do exercício a fim de verificar diversos documentos contabilísticos pelo método de amostragem, foram também efectuadas reuniões com os responsáveis dos diversos departamentos a fim de prestarem explicações sobre o funcionamento dos mesmos, bem como dos problemas com que se debatiam.

Das reuniões acima referidas foram elaboradas actas que ficam arquivadas em dossier próprio a guarda desta Cooperativa.

### Assim salientamos o seguinte:

#### Relativamente ao Balanço

Os Ativos não correntes apresentam um valor 11.519.812,74 euros.

O valor de inventários que ascende a 9.089.226,03 euros e 725.710,00 euros de ativos biológicos.

A rubrica de clientes com um montante de 14.538.090,35 euros com um aumento na ordem dos 0,61% face ao ano anterior.

Realça-se o valor dos capitais próprios em 30.149.870,14 euros.

#### Relativamente à Demonstração de Resultados

Os Custos com o pessoal que montam em 5.392.213,80 euros.

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos que ascende a 3.286.171,41 euros.

O Resultado líquido do período de 1.597.391,33 euros.

E nossa convicção que os citados documentos de prestação de contas, apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspectos materialmente relevantes a situação financeira desta Cooperativa em 31/12/2020, bem como os resultados das suas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, aplicados de forma consistente. Pelo que somos de parecer favorável a aprovação das mesmas sem quaisquer reservas.

Santana, 20 de março de 2021

O Conselho Fiscal  
Roberto Manuel Cordeiro Ponte  
Paulo José Machado Cruz  
José Carlos Borges Tavares





# Cooperativa União Agrícola, CRL Demonstração dos Resultados por Naturezas

## 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.20	31.Dez.19
Vendas e Serviços Prestados	22	48.033.788,11	47.818.717,24
Subsídios à Exploração	32	1.588.281,04	1.120.950,29
Ganhos / Perdas de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	17	-14.964,76	277,83
Varição Nos Inventários da Produção	20	745.566,35	513.108,37
Trabalhos para a Própria Entidade		0,00	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	20	-37.535.707,20	-36.521.952,21
Fornecimentos e Serviços Externos	27	-3.286.171,41	-3.887.651,49
Gastos com o Pessoal	28	-5.392.213,80	-5.798.160,07
Imparidade de Inventários (perdas / reversões)	14	-301.000,84	0,00
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas / reversões)	14	-1.567.842,02	-1.206.929,90
Provisões (aumentos / reduções)		0,00	0,00
Imparidade de Investimentos Não Depreciáveis (perdas / reversões)		0,00	0,00
Aumentos Reduções de Justo Valor	19	128.450,00	-79.840,00
Outros Rendimentos e Ganhos	29	1.153.818,14	998.623,66
Outros Gastos e Perdas	30	-269.597,13	-229.251,30
<b>Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>		<b>3.282.406,48</b>	<b>2.727.892,42</b>
Gastos / Reversões de Depreciações	31	-1.634.656,64	-1.529.708,60
Imparidade de Investimentos Depreciáveis / Amortizáveis (perdas / reversões)		0,00	0,00
<b>Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)</b>		<b>1.647.749,84</b>	<b>1.198.183,82</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	26	100.136,16	73.928,99
Juros e Gastos Similares Suportados	26	-125.494,67	-123.721,69
<b>Resultado Antes de Impostos</b>		<b>1.622.391,33</b>	<b>1.148.391,12</b>
Imposto Sobre Rendimento do Período		-25.000,00	0,00
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>1.597.391,33</b>	<b>1.148.391,12</b>

## Certificação Legal das Contas

### Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

#### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da COOPERATIVA UNIÃO AGRÍCOLA, C.R.L., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2020 (que evidencia um total de 39.531.910 euros e um total de capital próprio de 30.149.870 euros, incluindo um resultado líquido de 1.597.391 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos técnicos e éticas a posição financeira da COOPERATIVA UNIÃO AGRÍCOLA, C.R.L. em 31 de Dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### ÊNFASE

Em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação da nova doença ("COVID-19). Em

resultado, conforme mencionado na nota 33 do anexo às demonstrações financeiras, a Entidade tem vindo a implementar, como no exercício anterior, um plano de contingência para aumentar as condições de proteção de todos os colaboradores, de modo a garantir a sua atividade.

Embora nesta data não seja possível determinar a extensão e severidade dos impactos desta situação, o órgão de gestão considera que existem condições para considerar adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações.

Neste termos e dado que não houve alteração de circunstâncias, mantêm-se os pressupostos de facto que levaram à apresentação da atual ênfase.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### RESPONSABILIDADE DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo

órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 25 de março de 2021

Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.  
representada por  
Duarte Félix Tavares Giesta  
(ROC n.º 520)



# Colóquio Nacional do Leite 2021 contou com a participação de Jorge Rita

>> A APROLEP, Associação dos Produtores de Leite de Portugal, assinalou no dia 4 de março, o seu 11º aniversário com a segunda parte do "Colóquio Nacional do Leite 2021", que se realizou online e foi emitido na página de Facebook da Associação. O tema principal da sessão, foi: "Como valorizar o leite na futura PAC?" e pretendeu dar continuidade ao objetivo de lutar de forma consistente e organizada por um preço justo para o leite português

A sessão de abertura do colóquio contou com mensagens do Presidente da APROLEP, Jorge Oliveira, da Presidente do European Milk Board, Sietavan Keimpema, do Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, António Ventura e da Ministra Nacional da Agricultura, Maria do Céu Antu-

nes. Seguindo-se de um debate que teve como moderadora a jornalista Teresa Silveira e contou com as intervenções dos antigos Ministros da Agricultura António Serrano e Arlindo Cunha, do Diretor do Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, Eduardo Diniz e do Presidente da Federação Agrícola dos Açores, Jorge Rita.

## "A região dos Açores, tem uma enorme propensão e paixão pela produção de leite"

Jorge Rita, quando questionado pela jornalista, Teresa Silveira sobre a valorização da nova Política Agrícola Comum quanto ao leite nacional, mais concretamente quanto ao leite dos Açores, respondeu a esta questão, apresentando diversos fatores que necessitam de uma mudança. Primeiramente, destacou a enorme importância que este colóquio acarretou, pois é relevante que se saiba que os Açores são uma parte de Portugal, com uma produção de 35% do leite nacional. Para o Presidente da Federação Agrícola, o grande problema, não passa apenas pela atribuição dos apoios, mas "pela discrepância do preço do leite justo pago ao agricultor", Jorge Rita, justificou dizendo que "tenho consciência plena que todos os produtores dispensavam toda a subsidiação que existe e entregavam-na ao consu-

midor", porém para o Presidente, o que é dramático, é "o facto de sermos conotados a fortes subsidições, por ignorância de muitos, pois parece que apenas os agricultores regionais e nacionais são subsidiados, quando no entanto sabemos que em toda a Europa, Portugal é dos países que recebe menos".

No que diz respeito à convergência entre o 1.º e o 2.º pilar da política agrícola comum pretendida para o próximo quadro comunitário de apoio, Jorge Rita afirmou que por um lado "a convergência na Europa deve ser uma realidade, em que os países mais pobres devem ter mais apoios, para haver uma maior equidade entre os agricultores a nível europeu", mas por outro lado, em Portugal, a convergência é quase um assunto tabu "já que nem todos aceitam esta convergência".

Quanto a este entrave, Jorge Rita chamou atenção para "a divisão da riqueza (...) há que existir estratégias nacionais e internacionais para a distribuição de excedentes

lácteos para os Países com acordos comerciais, nomeadamente, os PALOP". Para o produtor de leite, "nesta guerra da fileira do leite, não são as indústrias nem a distribuição que saem penalizadas, mas sim os produtores", isto por que quando o mercado não está a funcionar corretamente, a Indústria baixa, e de modo a diminuir estas consequências, Jorge Rita sublinha que a solução para esta questão passa pela valorização do leite e dos seus derivados, "nós temos produtos de excelência, agora há que insistir na certificação e apresentação de vários produtos, denominações de origem dos produtos e investimento na sua comercialização nos novos mercados, nomeadamente na internacionalização de mercados", Jorge Rita apelou para que estas medidas sejam tomadas na Europa e em Portugal de forma a que se evite a penalização dos produtores, que sempre se mostraram resilientes, mesmo nos tempos atuais marcados pela pandemia de Covid-19.



SILAGEM DE ERVA

# Bal'ensil® Titan

**RESISTÊNCIA**  
**IMPERMEÁVEL**  
**25 MICRONS ESPESURA**  
**PROTEÇÃO UV**

Barbier Plastic solutions

# ROCHA

DISTRIBUIDORES DE ADUBO

## CENTRÍFUGOS / KC / TREMONHA POLIETILENO

**CARACTERÍSTICAS:**  
Chassis em tubo de aço 2"  
Pintura termoendurecível em resina de poliéster  
Prato distribuidor com 6 alhetas em aço ST 37,2  
Prato de regulação de abertura em aço inox AISI 316  
Regulação independente, com acesso do tractor para distribuição à direita e à esquerda

**CENTRÍFUGOS / KC TREMONHA POLIETILENO**

**CARACTERÍSTICAS:**  
Chassis em tubo de aço 2" 1/2  
Pintura termoendurecível em resina de poliéster  
Unidade mecânica de distribuição de prato duplo (larg.máx. 24 m)  
Abertura hidráulica  
Elementos de ligação em contacto com adubo em aço inox A4

ROCHA